

Título: Retomando a participação institucional na política urbana: diagnóstico do histórico das Conferências das Cidades no estado do Rio Grande do Norte

Resumo: Após o retorno do presidente Lula ao governo federal o Ministério das Cidades (MinCidades) volta a figurar como pasta ministerial e a 6ª Conferência Nacional das Cidades é retomada. Diante desse cenário observa-se, entre outras, a necessidade de diagnosticar o avanço da construção de instituições participativas da política urbana no período anterior. Logo, esse artigo tem por objetivo diagnosticar o histórico de realização de conferências municipais da cidade no Rio Grande do Norte, verificando a instituição de conselhos da política urbana. Metodologicamente foi realizado um estudo de caso usando técnicas de análise documental. Ao final, observou-se que no período de realização das conferências nacionais da cidade, entre 2005 e 2012, foi o período de maior criação de conselhos municipais da política urbana nos municípios potiguares, totalizando um quantitativo de 64 conselhos.

Contextualização do tema

Como parte da adoção de uma orientação genericamente participativa (AVRITZER, 2016) do governo Lula, uma das marcas do começo do Ministério das Cidades (MinCidades) foi a constituição de espaços de democracia participativa, que passaram a ser incentivados e adotados. Assim, no mesmo ano de sua criação, 2003, o MinCidades já convocou a 1ª Conferência das Cidades, primeiro grande marco democrático da política urbana, e a partir de então originou-se o Conselho das Cidades. Ao total, foram realizadas cinco conferências das cidades, entre 2003 e 2013, tendo a 6ª conferência chegado a ser convocada, em 2015, porém, em meio ao contexto do processo de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a mesma não concretizou-se.

Somente em 2024, já após o retorno do presidente Lula ao governo federal, que o MinCidades volta a figurar como pasta ministerial e a 6ª Conferência Nacional das Cidades é retomada. Diante desse cenário observa-se, entre outras, a necessidade de diagnosticar o avanço da construção de instituições participativas da política urbana no período anterior. A hipótese aqui defendida é que as conferências nacionais das cidades anteriores originaram instituições participativas mais longevas, no caso, os conselhos das cidades nos municípios brasileiros. Para investigar essa hipótese, realizamos um estudo de caso no estado do Rio Grande do Norte.

Objetivo:

Diagnosticar o histórico de realização de conferências municipais da cidade no Rio Grande do Norte, verificando a instituição de conselhos da política urbana.

Metodologia:

Metodologicamente foi realizado uma análise documental e correlacionado a verificação da institucionalização de conselhos gestores da política urbana, em bases de dados secundários, no caso, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), entre os anos de 2005 a 2012.

Síntese dos resultados

Observou-se que no período de realização das conferências nacionais da cidade, entre 2005 e 2012, foi o período de maior criação de conselhos municipais da política urbana nos municípios potiguares, totalizando um quantitativo de 64 conselhos.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Editora José Olympio, 2016.